

Relatório Trimestral de Atividades

3º Trimestre de 2013

Relatório Trimestral de Atividades

3º Trimestre de 2013

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

© TCEES, 2013

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.
Relatório Trimestral de Atividades: 2013 / Tribunal de Contas do Estado.
Vitória/ES: TCEES, 2013.
35p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2013.
I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Vice-Presidente

Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Corregedor

Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
Ouvidor

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

Auditor Eduardo Perez

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva
Procurador Geral

Procurador Luciano Vieira

Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira
Diretora Geral de Secretaria

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

MISSÃO

**ORIENTAR E CONTROLAR A GESTÃO DOS
RECURSOS PÚBLICOS EM BENEFÍCIO
DA SOCIEDADE**

**NEGÓCIO
CONTROLE EXTERNO**



VISÃO

**SER INSTITUIÇÃO DE
EXCELÊNCIA NA
ORIENTAÇÃO E NO
CONTROLE DA GESTÃO
DOS RECURSOS PÚBLICOS
ATÉ 2015**

VALORES

**PROFISSIONALISMO
EQUIDADE
ÉTICA E TRANSPARÊNCIA
EXCELÊNCIA DE DESEMPENHO
RESPONSABILIDADE SUSTENTÁVEL**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 3º trimestre de 2013.

Dentre as atividades realizadas pelo TCEES nesse 3º trimestre, podemos destacar:

- Aprovação pelo Plenário, em sua 44ª Sessão Ordinária, da realização da auditoria solicitada pelo Governo do Estado no contrato de concessão 001/1998, referente ao Sistema Rodovia do Sol, que envolve a Terceira Ponte e a Rodovia ES-060, tendo como relator o Conselheiro Domingos Augusto Taufner (Decisão TC – 2754/2013, de 09/07/2013).
- A publicação, no dia 02/09/2013, da primeira edição do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, onde se encontram os atos administrativos e processuais da Corte.
- A participação do TCEES como Membro Afiliado na Organização Latino-americana e do Caribe e Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs).
- O lançamento, no dia 20/09/2013, do edital de concurso público para o preenchimento de 21 vagas de Analista Administrativo.

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 3º trimestre de 2013, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 31 de outubro de 2013

Conselheiro **Sebastião Carlos Ranna de Macedo**
Presidente

1	COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCEES	7
2	AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE	8
3	ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	10
	<i>3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE</i>	10
	<i>3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO</i>	11
	<i>3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO</i>	16
	<i>3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS</i>	19
4	ATIVIDADES DE GESTÃO	20
	<i>4.1 GESTÃO DE PESSOAS</i>	20
	<i>4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</i>	23
	<i>4.3 SERVIÇOS GERAIS</i>	25
	<i>4.4 GESTÃO DOCUMENTAL</i>	25
	<i>4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL</i>	25
	<i>4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</i>	27
	<i>4.7 CONTROLE INTERNO</i>	28
5	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	31
6	CORREGEDORIA	32
7	OUVIDORIA	33
	ANEXOS	34

1 COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

2 AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

SOCIEDADE

- ✓ A Aprovação pelo Plenário, em sua 44ª Sessão Ordinária, da realização da auditoria solicitada pelo Governo do Estado no contrato de concessão 001/1998, referente ao Sistema Rodovia do Sol, que envolve a Terceira Ponte e a Rodovia ES-060, sob a relatoria do Conselheiro Domingos Augusto Taufner (Decisão TC – 2754/2013, de 09/07/2013).
- ✓ Apresentação do Coral de Contas como atração da festa da cidade de Vitória, que aconteceu no dia 08/09/2013, na Concha Acústica do Parque Moscoso, no Centro.
 - ✓ Abertura das inscrições para participação no Congresso dos TCs do Brasil. O Congresso será realizado entre os dias 03 e 06/12/2013, em Vitória (ES).

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

- ✓ Os conselheiros do TCEES, em sessão plenária realizada no dia 12/09/2013, aceitaram a participação da Corte como Membro Afiliado na Organização Latino-americana e do Caribe e Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs).
- ✓ O presidente do TCEES, Conselheiro Carlos Ranna, compôs o comitê gestor que realizou a visita técnica no Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP), do dia 03 a 05/09/2013, com a finalidade de conhecer a realidade da Corte e fazer avaliação de qualidade e agilidade do controle externo. O trabalho faz parte do diagnóstico dos Tribunais de Contas, regulamentado pelo Conselho Deliberativo da Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).
- ✓ No dia 09/09/2013, o presidente Carlos Ranna formalizou, em Brasília, a habilitação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a realização de auditoria internacional em projetos capixabas, estaduais ou municipais, que sejam financiados com recursos daquela instituição financeira.

GESTÃO ESTRATÉGICA ORIENTADA A PROJETOS

- ✓ Inicialização do projeto “Orçamento 2014”.
- ✓ Finalização dos projetos: “Reformular o relatório de atividades do TCEES” e “Implantar o diário oficial eletrônico do TCEES”.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- ✓ Foi iniciado, pelo Núcleo de Controle de Documentos (NCD), o antigo projeto de digitalização dos processos arquivados do Tribunal de Contas.
- ✓ Publicação, no dia 02/09/2013, da primeira edição do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, onde se encontram os atos administrativos e processuais da Corte. O acesso às edições será gratuito, por meio do site www.tce.es.gov.br.

APRIMORAMENTO DA ESTRUTURA FÍSICA

- ✓ Adequação do espaço físico e do ambiente de trabalho do TCEES.
 - ✓ Adequação do mobiliário às normas técnicas e ergonômicas.
- ✓ Início da Coleta Seletiva no Tribunal de Contas, com a apresentação de uma palestra realizada pelo servidor da Prefeitura Municipal de Vitória, Jonas de Souza Leal, no dia 23/09/2013. Nessa palestra foi abordada a importância de se separar o lixo seco do lixo úmido, que é o primeiro passo para a destinação correta dos resíduos.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- ✓ Iniciada, pelo Núcleo de Controle de Documentos (NCD), a digitalização dos processos arquivados do Tribunal de Contas.
- ✓ Publicação, no dia 02/09/2013, da primeira edição do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, onde se encontram os atos administrativos e processuais da Corte. O acesso às edições será gratuito, por meio do site www.tce.es.gov.br.

GESTÃO DE PESSOAS

- ✓ O lançamento, no dia 20/09/2013, do edital de concurso público para o preenchimento de 21 vagas de Analista Administrativo nas áreas de administração / economia, arquitetura, arquivologia, biblioteconomia, ciências contábeis, direito e informática. A remuneração é de R\$ 3.954,08 mensais com jornada de trabalho de 40 horas semanais.
- ✓ Apresentação da palestra “Saúde não é o mais importante: é tudo”, proferida pelo médico Jorge Luiz de Miranda em evento do projeto “Saúde do Servidor”. O médico ressaltou a importância da busca de uma vida equilibrada, inclusive na prática de exercícios, lembrando que o exagero também é maléfico ao corpo.

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

<i>Auditorias realizadas</i>	31
<i>Processos autuados no TCEES</i>	2.102
<i>Processos de pessoal do TCEES</i>	6
<i>Processos administrativos do TCEES</i>	114
<i>Processos de controle externo</i>	1.982
<i>Processos julgados ou apreciados conclusivamente</i>	1.877
<i>Atos de pessoal apreciados (sujeitos a registro)</i>	2.859
<i>Denúncias julgadas</i>	27
<i>Denúncias julgadas procedentes</i>	-
<i>Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador</i>	12
<i>Acórdãos proferidos</i>	249
<i>Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades</i>	81
<i>Acórdãos com contas julgadas irregulares</i>	12
<i>Acórdãos em atos de gestão</i>	8
<i>Acórdãos em atos de gestão - julgados irregulares</i>	3
<i>Recursos julgados ou apreciados</i>	87
<i>Recursos com provimento negado</i>	11

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Sessões Plenárias	3º trim 2012	3º trim 2013
Sessões plenárias	26	30
Ordinária	24	26
Especial	2	-
Administrativa	-	4
Processos em pauta	2.170	2.740
Processos julgados ou apreciados de forma conclusiva	1.518	1.877
Chamamentos relativos a processos	840	1.385
Notificações	397	582
Citações	443	803

Atos do Plenário	3º trim 2012	3º trim 2013
Decisões	1.599	1.898
Acórdãos (*)	141	249
Pareceres prévios	9	20
Pareceres em consulta	7	6
Resoluções	4	1
Total	1.760	2.174

(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

Julgamento Conclusivo



Resultados dos Acórdãos	3º trim 2012	3º trim 2013
JULGAMENTO CONCLUSIVO	141	242
Atos de gestão – Executivos Municipais	7	8
Regular	-	2
Regular com ressalva	-	-
Irregular	2	3
Saneado	5	-
Outros	-	3
Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras	4	23
Regular	1	7
Regular com ressalva	1	8
Irregular	1	3
Saneado	1	5
Outros	-	-
Prestação de Contas - Demais entidades	79	58
Regular	71	33
Regular com ressalva	4	11
Irregular	1	5
Saneado	3	8
Outros	-	1
Prestação de Contas - Convênio	-	2
Regular	-	-
Regular com ressalva	-	-
Irregular	-	1
Saneado	-	-
Outros	-	1
Denúncias	7	27
Procedente	2	-
Parcialmente procedente	-	2
Improcedente	3	10
Saneado	2	1
Outros	-	14
Recursos	28	79
Provimento	7	20
Provimento parcial	1	11
Negado provimento	5	10
Saneado	12	23
Outros	3	15
Representação	12	41
Procedente	3	9
Parcialmente procedente	1	5
Improcedente	5	9
Saneado	1	1
Outros	2	17
Outros assuntos	4	4
Regular	-	-
Irregular	-	-
Improcedente	-	-
Saneado	2	1

Resultados dos Acórdãos	3º trim 2012	3º trim 2013
Procedência	-	-
Regular com ressalva	1	-
Outros	1	3
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	3	7
Multa	3	5
Tornar insubsistente acórdão	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-
Anular acórdão	-	-
Extinção da obrigação	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-
Outros	-	2
Total	144	249

Resultado das Decisões	3º trim 2012	3º trim 2013
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	1.364	1.609
Registro	1.364	1.609
Admissão	283	690
Aposentadoria	794	532
Pensão	175	94
Reforma	44	18
Transferência para reserva	68	42
Revisão de proventos	-	220
Retificação de ato	-	4
Reexame de decisão	-	9
Outras	-	-
Denegar registro	-	-
Demais decisões – não conclusivas	235	253
Deferir parcelamento	1	-
Arquivar	55	53
Revelia	16	15
Quitação	8	-
Consulta - não conhecer	8	-
Apurar em auditoria (especial, extraord. ou ordinária)	-	-
Devolver à origem	14	8
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	-
Notificar / citar por edital	-	-
Alerta	77	87
Notificar para contra-razões	-	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	4	30
Determinar / recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	-	-
Denúncia – receber / apurar	-	7
Outras	52	53
Total	1.599	1.862

Resultados dos Pareceres Prévios	3º trim 2012	3º trim 2013
Prestação de Contas	6	12
Parecer pela aprovação	6	5
Parecer pela aprovação com ressalva	-	4
Parecer pela rejeição	-	3
Reformular parecer - aprovação	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-
Contas ilíquidáveis	-	-
Outros	-	-
Recursos	3	8
Negar provimento - aprovação	2	-
Negar provimento - rejeição	-	1
Provimento - reformular parecer - aprovação	-	3
Provimento - reformular parecer – aprovação com ressalva	-	1
Provimento - anular parecer	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	-
Provimento parcial - rejeição	-	1
Provimento parcial - aprovação	-	-
Não conhecer	1	2
Negar seguimento - excluir atos de gestão -	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-
Perda do objeto	-	-
Outros	-	-
Total	9	20

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
20	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Élcio Alvares)	Servidor comissionado aposentado pelo regime geral de previdência social - manutenção do vínculo na mesma esfera de governo - recebimento de adicionais de tempo de serviço e de assiduidade - possibilidade desde que tais adicionais não tenham sido objeto de contribuição previdenciária e constituído base de cálculo para os proventos.
21	Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (Pedro Valls Feu Rosa)	Pagamento de auxílio alimentação a policial militar ativo em exercício em órgão diverso do que fora inicialmente lotado, por meio de cessão, remanejamento ou localização - possibilidade condicionada à existência de previsão de concessão do benefício pela lei do cessionário e que tal já não seja outorgado pelo órgão de origem.
22	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vargem Alta (Francisco de Assis Calegário)	Auxílio-reclusão - benefício devido somente ao dependente de trabalhador/servidor de baixa renda - dependentes de servidor que recebe remuneração acima do limite fixado como baixa renda não fazem jus ao benefício - ultrapassado o montante definido para baixa renda, o benefício não será devido aos dependentes do servidor recluso, nem mesmo em quantia equivalente ao referido limite - a fixação do limite de baixa renda para percepção do benefício é a do regime geral de previdência social, se não houver legislação municipal específica.
23	C. Pinheiros	Interpretação do artigo 29-a, §1º, da Constituição Federal - impossibilidade das obrigações patronais e encargos sociais comporem o conceito de folha de pagamento para aferição do limite constitucional de 70% de gastos da câmara municipal - uma vez delimitados os campos de incidência e apuração dos limites, a folha de pagamento não inclui outras despesas senão aquelas exclusivamente relacionadas ao pagamento da remuneração dos servidores e dos subsídios dos vereadores, bem como exclui os encargos previdenciários a cargo dos vereadores, abstraídos os gastos com inativos e pensionistas e os encargos de responsabilidade da câmara municipal.

24	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM	Integralidade e paridade dos proventos de servidores policiais civis - regras e condições.
25	Secretaria de Estado da Saúde (José Tadeu Marino)	Ata de registro de preços - desde que o contrato tenha sido assinado durante a validade da ata de registro de preços, sua execução pode ser posterior a esta, respeitados os limites do art. 57 da lei n. 8.666/93 e o estipulado no próprio instrumento contratual - em tais circunstâncias, a nota fiscal pode ser emitida mesmo após a vigência da ata, desde que, referente a um produto adquirido durante o período de cobertura contratual - da mesma forma, o material ou produto pode ser recebido e o pagamento executado, ainda que em momento posterior à validade da ata de registro de preços, desde que a aquisição tenha se dado durante a vigência do contrato.

Resoluções		
Nº	Ementa	Data da publicação
262	Dispõe sobre a regulamentação do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.	15/08/2013
Total		1

3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

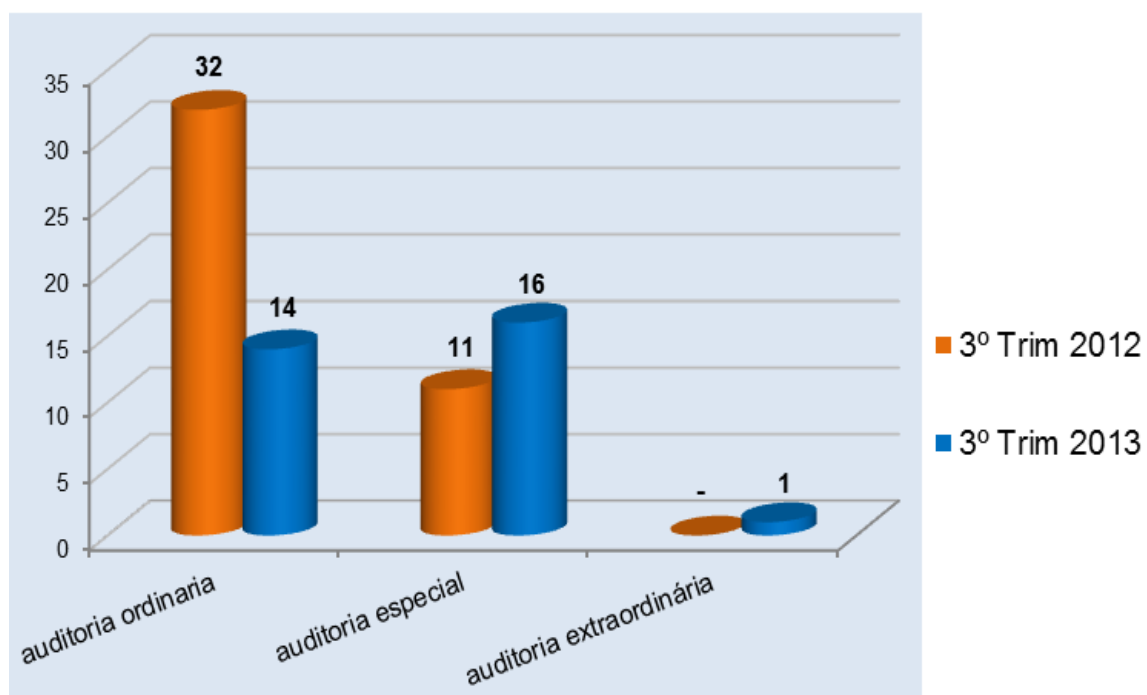
As auditorias de iniciativa externa (denúncias, representações etc) e de iniciativa interna, a serem realizadas pelo TCEES, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF). O PAF é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, aprovado em Plenário.

O Plano Anual de Fiscalização 2013 apresenta diversas mudanças em relação ao Plano elaborado em 2012, destacadas abaixo:

- O Tribunal visitou todos os municípios em 2012. Em 2013 a prioridade será a execução de auditorias de iniciativa externa (denúncias e representações), as quais serão realizadas durante o 1º semestre de 2013;
- As auditorias de iniciativa própria ficarão restritas aos municípios com maior execução orçamentária, e a sua realização ocorrerá no período de julho a outubro de 2013;
- Serão elaborados planos de auditoria específicos para cada órgão, conforme a execução de despesa dos mesmos;
- O período de novembro a dezembro de 2013 será reservado para a realização de auditorias derivadas de representações ou denúncias, consideradas urgentes pelo Plenário e que não possam se submeter ao rito normal de inclusão na programação do próximo ano.

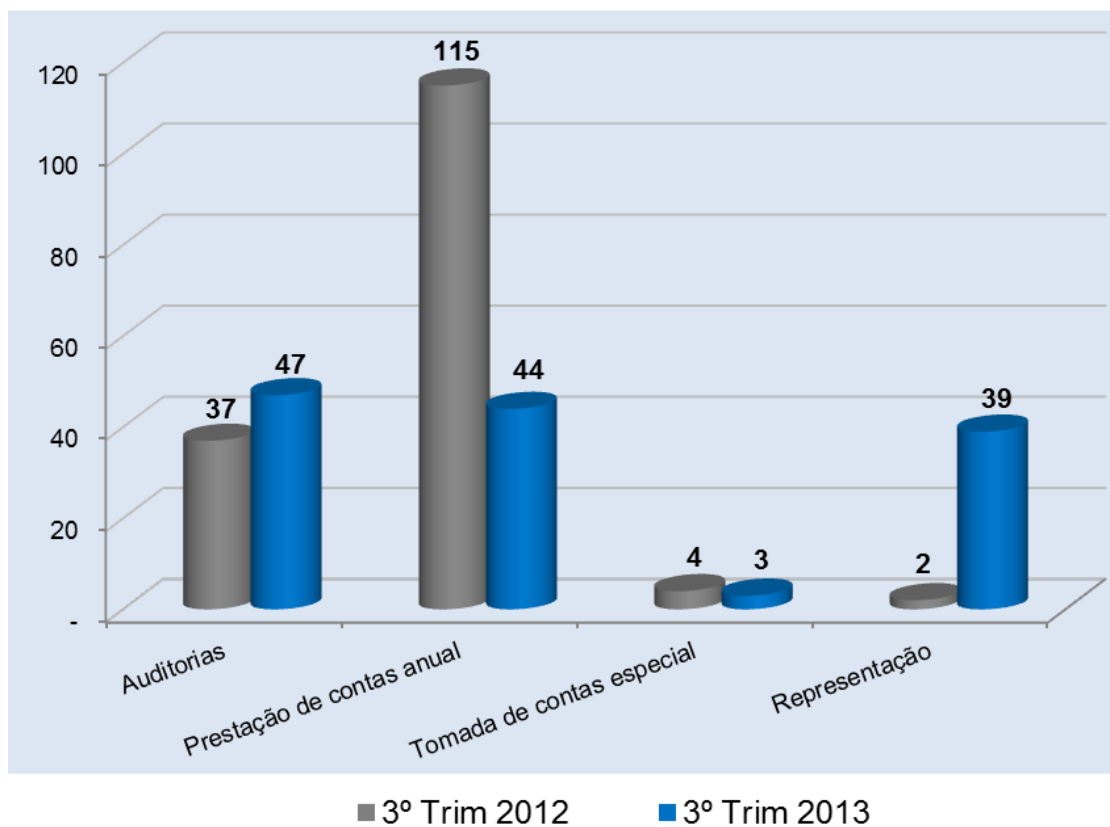
Portanto, a análise comparativa do volume de auditorias realizadas em 2013 em relação a 2012 deverá levar em conta os novos procedimentos estabelecidos no Plano Anual de Fiscalização 2013.

AUDITORIAS REALIZADAS¹



1 - O Plano Anual de Fiscalização 2013 (PAF 2013) apresenta diversas mudanças em relação ao Plano elaborado em 2012, conforme detalhado na página anterior.

INSTRUÇÕES TÉCNICAS INICIAIS CONCLUÍDAS



ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	3º trim 2012	3º trim 2013
Prestações de contas bimestrais (PCB) ¹	76	42
Relatórios da LRF analisados ²	96	169
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	98	59
Instruções preliminares em representações	115	128
Instruções técnicas conclusivas (ITC)	151	220
de auditorias	31	36
de prestação de contas anual (PCA)	120	108
de outros processos	-	76

1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

2 - RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

ANÁLISE DE PROCESSOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS

	3º trim 2012	3º trim 2013
Aposentadoria	1.070	1.165
Pensão	181	198
Admissão	852	1.398
Outros	22	98
Total	2.125	2.859

CONSULTAS E RECURSOS

	3º trim 2012	3º trim 2013
Despachos técnicos elaborados	10	4
Consultas pessoais atendidas	28	36
Consultas telefônicas atendidas	209	302
Instruções técnicas elaboradas	80	64
Consulta	3	40
Recurso	77	24
Casos especiais	-	-

MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS

	3º trim 2012	3º trim 2013
Manifestações técnicas	5	87
Recursos de Reconsideração, Revisão, Embargos e Defesa Oral	4	-
Comunicação de Tomada de Contas (art. 4º e 12 da IN nº 08/2008)	1	2
Outros	-	85
Instruções preliminares em representação	113	160
Análise de Edital (representação/denúncia)	7	9
Informações/Manifestações Técnicas Diversas	103	140
Instruções preliminares em representação (medida cautelar)	3	11
Manifestação técnica de defesa	3	4
Instrução técnica de monitoramento fiscal	4	3
Instrução de pedidos de informação	266	104

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria N Nº	Comissão instituída	Data de publicação no DOE
33	Comissão Permanente de Licitação.	05/07/13
35	Comissão para elaborar o projeto: <i>Orçamento 2014</i> .	08/07/13
49	Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.	10/09/13
50	Comissão Permanente de Sindicância.	10/09/13

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
Conselheiro	7	1	7
Auditor	4	-	4
Procurador Especial de Contas	3	-	3
Cargos efetivos	269	21	290
Auditor de Controle Externo	235	-	235
Assistente Técnico	16	-	16
Auxiliar de Serviços	18	-	18
Analista Administrativo	-	21	21
Cargos de Gabinete	57	20	77
Cargos comissionados	185	5	190
Chefias	26	-	26
Assessoramento	159	5	164
TOTAL GERAL	524	47	571

Estabilizados	16
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	34
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	12

Estagiários	3º trim 2013
Nível superior	73
Nível médio	24

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	3º trim 2012	3º trim 2013
Eventos	65	69
Eventos para servidores do TCEES	24	34
Interno (promovido pelo TCEES)	1	10
Externo (promovido por outras instituições)	15	13
Iniciativa do servidor	2	1
Outros eventos	6	10
Eventos para jurisdicionados TCEES	41	35
Pessoas capacitadas	2.534	1.974
Servidores e membros do TCEES	415	458
Jurisdicionados	2.119	1.516
Horas de capacitação	21.675	20.389
Servidores e membros do TCEES	3.075	5.600
Jurisdicionados	18.600	14.789

Destacamos alguns dos principais eventos realizados no 3º trimestre de 2013:

- ✓ Auditoria de Obras Públicas - 08 a 12/07/2013.
- ✓ Gestão por Competências no Setor Público - 26/07/2013.
- ✓ Auditoria de Obras Rodoviárias - Módulo I - 02 a 05/09/2013.
- ✓ Auditoria de Obras Rodoviárias - Módulo II - 06/09/2013.
- ✓ Programa Brasileiro de Concessões Rodoviárias - 09/09/2013.
- ✓ Regimento Interno do TCEES - Módulo I - 13 e 20/09/2013.
- ✓ Oficina de Produção de Relatórios - 16 a 20/09/2013.
- ✓ Regimento Interno do TCEES - Módulo I - 23 e 25/09/2013.
- ✓ Gestão e Fiscalização de Contratos - 23, 24, 30/09 e 01/10/2013.
- ✓ VI Fórum de Contabilidade aplicada ao Setor Público - 18/07/2013.
- ✓ Congresso Brasileiro Médico e Jurídico - 28 a 30/08/2013.
- ✓ Encontro de Empreendedores e Inovadores do Serviço Público - 30 e 31/08/2013.
- ✓ Treinamento do Sistema Informatizado GEO-Obras.
- ✓ Seminário: Desafios para um Ensino Médio de Qualidade - 02 a 03/07/2013.
- ✓ Elaboração de Relatórios e Pareceres para Órgãos Públicos - 25 e 26/07/2013.
- ✓ Formação de Auditores Internos - Audi I Nível Básico - 05 a 08/08/2013.
- ✓ 12º Encontro do Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas - 12/08/2013.
- ✓ I Encontro para fortalecimento do banco de preço em saúde - 13 e 14/08/2013.

- ✓ IV Encontro Técnico dos Tribunais de Contas - Educação Corporativa: Desafios e Boas Práticas - 21 a 23/08/2013.
- ✓ 9º Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública - 22 e 23/08/2013.
- ✓ Inteligência de Controle para a Atricon - 26 a 30/08/2013.
- ✓ Encontro Técnico Soluções Compartilhadas de Sistemas de Controle de Obras Públicas - 16 e 17/09/2013.
- ✓ VIII Jornada Capixaba de Reumatologia e I Jornada de Reumatologia nas Montanhas - 30/08 e 01/09/2013.
- ✓ Seminário: Desafios para um Ensino Médio de Qualidade - 01/07/2013.
- ✓ Reunião do Conselho Deliberativo da Atricon - 02/07/2013.
- ✓ I Evento em Comemoração aos 40 anos de criação do Instituto Rui Barbosa - 05 e 06/08/2013.
- ✓ Assinatura do Protocolo de Entendimento dos Trabalhos de Auditoria com o BID - 09/08/2013.
- ✓ Reunião da Atricon com a Presidência da República - 12/08/2013.
- ✓ Reunião da Comissão Técnica dos Tribunais de Contas no ENCCLA - 14 e 15/08/2013.
- ✓ I Visita Técnica da Atricon no Estado da Paraíba - 15 e 16/08/2013.
- ✓ Reunião dos Comitês Temáticos do Instituto Rui Barbosa - 22 e 23/08/2013.
- ✓ Reunião com o Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal - 29/08/2013.
- ✓ Reunião do Conselho Deliberativo da Atricon - 10/09/2013.
- ✓ Orientações para envio ao TCEES de prestação de Contas Bimestral no Sistema Cidades Web - 08 a 10/07/2013, 22 a 25/07/2013.
- ✓ I Seminário Regional de Gestão Pública Municipal - Polo Ibatiba (15 e 16/07/2013); Polo Regional São Mateus (22 a 25/07/2013); Polo Colatina (29 e 30/07/2013); Polo Grande Vitória (12 e 13/08/2013).
- ✓ Minicurso: Procedimentos das Contratações Públicas - Polo Ibatiba (17/07/2013); Polo Regional São Mateus (24/07/2013); Polo Colatina (31/07/2013); Polo Grande Vitória (14/08/2013).
- ✓ Oficina: Sistema Informatizado Geo-Obras - Polo Ibatiba (18/07/2013); Polo Regional São Mateus (25/07/2013); Polo Colatina (01/08/2013); Polo Grande Vitória (15/08/2013).
- ✓ Oficina: Controle Interno - Implantação e Normas - Polo Ibatiba (18/07/2013); Polo Regional São Mateus (25/07/2013); Polo Colatina (01/08/2013); Polo Grande Vitória (15/08/2013).

- ✓ Oficina: Limites Constitucionais e Legais - Saúde, Educação, Pessoal e Legislativo Municipal - Polo Ibatiba (18/07/2013); Polo Regional São Mateus (25/07/2013); Polo Colatina (01/08/2013); Polo Grande Vitória (15/08/2013).
- ✓ Encontro Regional de Orientação Técnica - Polo Cachoeiro de Itapemirim (02 a 05/09/2013), Polo Nova Venécia (09 a 13/09/2013), Polo Ibatiba (16 a 20/09/2013), Polo Colatina (23 a 27/09/2013).

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com 20.663 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2013 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 125.722.200,00, sendo R\$ 125.692.200,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 30.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

No decorrer do 2º trimestre foram feitos dois créditos suplementares, por superávit financeiro do TCEES, que totalizaram um acréscimo de R\$ 4.747.000,00 conforme Decreto nº 759-S, de 22/04/13 (DOE – 23/04/13), no valor de R\$ 3.064.000,00 e Decreto nº 1096-S, de 03/06/13 (DOE – 04/06/13), no valor de R\$ 1.683.000,00.

No decorrer do 3º trimestre foi feito um crédito suplementar no valor de R\$ 11.500.000,00 conforme Decreto nº 1734-S, de 19/08/13 (DOE – 20/08/13), sendo R\$ 1.500.000,00 de superávit financeiro do TCEES e R\$ 10.000.000,00 de superávit financeiro do Poder Executivo.

Após essas suplementações, a dotação atualizada passou para R\$ 141.969.200,00.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/09/13.

(valores em R\$)

Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	122.871.975,00	137.482.975,00	93.491.309,16	81.643.987,80	81.304.463,88
Pessoal	104.627.042,00	114.832.042,00	77.246.177,36	71.715.311,84	71.380.880,17
Pessoal - Ativo	84.550.658,00	94.755.658,00	77.246.177,36	71.715.311,84	71.380.880,17
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	20.076.384,00	20.076.384,00	-	-	-
Outras despesas correntes (custeio)	18.244.933,00	22.650.933,00	16.245.131,80	9.928.675,96	9.923.583,71
Despesa de capital (investimento)	2.850.225,00	4.486.225,00	1.788.982,76	611.560,73	611.560,73
Total Geral	125.722.200,00	141.969.200,00	95.280.291,92	82.255.548,53	81.916.024,61
Total Disponível ⁽³⁾	105.645.816,00	121.892.816,00			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 11 da Lei nº 9.979/13 (LOA).

(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

(valores em R\$)

Descrição	setembro/2011 a agosto/2012	setembro/2012 a agosto/2013
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	70.249.275,35	83.185.665,42
Receita Corrente Líquida – R\$	10.632.221.294,86	10.582.652.553,00
Limite apurado – %	0,661	0,786
Limite máximo – 1,300 %	138.218.876,83	137.574.483,19
Limite prudencial – 1,235 %	131.307.932,99	130.695.759,03
Limite de alerta – 1,170 %	124.396.989,15	123.817.034,87

4.3 SERVIÇOS GERAIS

Em março, iniciou-se a obra de manutenção do edifício sede do TCEES, considerado patrimônio público do estado. Essa obra, cuja previsão é finalizar em 2014, está sendo realizada nos três pavimentos da edificação principal do TCEES e contempla a recuperação estrutural das vigas, pilares e platibandas, pintura interna e externa, substituição de divisórias do pavimento térreo, recuperação do piso do pavimento térreo e reforma da cobertura. Tendo em vista a complexidade e o vulto dessa reforma, até esse trimestre, foi realizado um percentual financeiro de 25,71% do total previsto para a obra.

4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	3º trim 2012	3º trim 2013
Correspondências expedidas	6.116	5.208
Correspondências recebidas	4.283	5.805
Nº de processos arquivados	512	481
Nº de processos autuados	1.886	2.102
Processos de Pessoal do TCEES	2	6
Processos Administrativos do TCEES	125	114
Processos de Controle Externo	1.759	1.982

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	Destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pela Escola de Contas Públicas (ECP), que é a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento do TCEES.

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Principais atividades de comunicação	3º trim 2012	3º trim 2013
Atendimentos a jornalistas	87	98
Jornalistas recebidos no TCEES	78	52
Releases enviados à imprensa	21	70
Exemplares do Informativo Acontece postados	2.000	2.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	5	70
Notícias inseridas na Intranet	43	18
Campanhas internas realizadas	-	1
Campanhas solidárias realizadas	-	-

4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 3º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	3º trim 2012	3º trim 2013
Estações de trabalho	529	590
Servidores com acesso à Internet	530	546
Auditorias com participação da área de informática	1	-
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	3	3
Sistemas em funcionamento	35	35
Desenvolvidos internamente	23	23
Adquiridos de terceiros	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas e nova classificação funcional-programática.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	É um sistema de remessa por meio da Internet e processamento dos dados referentes à abertura do exercício.

4.7 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI), instituído por meio da Resolução TC N.º 223/2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, a qual compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES.

Nesse 3º trimestre podemos destacar como as principais ações do NCI:

- ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno.
- ✓ Participação em Conselhos/Grupos de trabalho, conferências e treinamentos:
 - Curso de Formação de Auditores internos – Nível Básico – AUDI I.
Data: 05 a 08 de agosto de 2013.
 - Curso de Licitação Pública, realizado em Jerônimo Monteiro, pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo – ESESP.
Data: 26, 27 e 28 de agosto de 2013.
 - Módulo I – Títulos I e II do Regimento Interno.
Data: 13 de setembro de 2013.
 - 34º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna - CONBRAI.
Data: 22 a 25 de setembro de 2013.
- ✓ Participação em reuniões com os jurisdicionados para implantação dos sistemas de controle interno, previsto na Resolução TC 227/2011:
 - Julho: Câmara de Muqui, Câmara de Linhares, Prefeitura da Serra, Câmara de Guarapari.
 - Agosto: Câmara de Aracruz, Prefeitura e Prefeitura de Pancas, Prefeitura de Dores do Rio Preto.
 - Setembro: Prefeitura de Piúma, Prefeitura de Marataízes, Câmara de Vargem Alta, Prefeitura de Guaçuí, Câmara de Vargem Alta, Prefeitura de Bom Jesus do Norte, Prefeitura de Governador Lindenberg, Câmara de Alegre, Prefeitura de Nova Venécia, Câmara de Marilândia, Prefeitura de Águia Branca, Prefeitura de Afonso Cláudio, Câmara de Águia Branca.

- ✓ Elaboração de Normas Internas e outros Atos Normativos.
 - Normas Internas em processo de finalização:
 - Controle das disponibilidades financeiras.
 - Participação em eventos externos de capacitação.
 - Normas Internas em elaboração:
 - Controle de licenciamento e multas.
 - Ato Normativo:
 - Aprovação da portaria N – TCEES Nº 048/2013 que dispõe sobre os agentes do Sistema de Controle Interno, indica os sistemas administrativos e respectivos órgãos centrais administrativos que compõem o sistema de controle interno do TCEES e aprova o plano de ação para a implantação do sistema de controle interno no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Tendo por base o Portfólio de Projetos 2012-2013 e a utilização do Software Channel, destacam-se abaixo, os projetos iniciados e encerrados no 3º trimestre de 2013.

Projetos iniciados no trimestre			
Mês	Projeto	Portaria	Descrição
Julho	Orçamento 2014	Portaria N nº 035/2013, DOE 08/07/13.	- Elaborar a proposta orçamentária anual do TCEES para o exercício de 2014.

Projetos encerrados no trimestre			
Mês	Projeto	Data	Descrição
Agosto	Reformular o relatório de atividades do TCEES	29/08/13	- Definir e propor um novo modelo de relatório de atividades, trimestral e anual.
Setembro	Implantar o diário oficial eletrônico do TCEES	20/09/13	- Projeto de desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado do Diário Oficial Eletrônico do TCEES (DOE-TCEES), veículo informatizado oficial de publicação e divulgação na internet dos atos processuais e administrativos do TCEES, em substituição ao procedimento atual de publicação no Diário Oficial do Estado do ES.

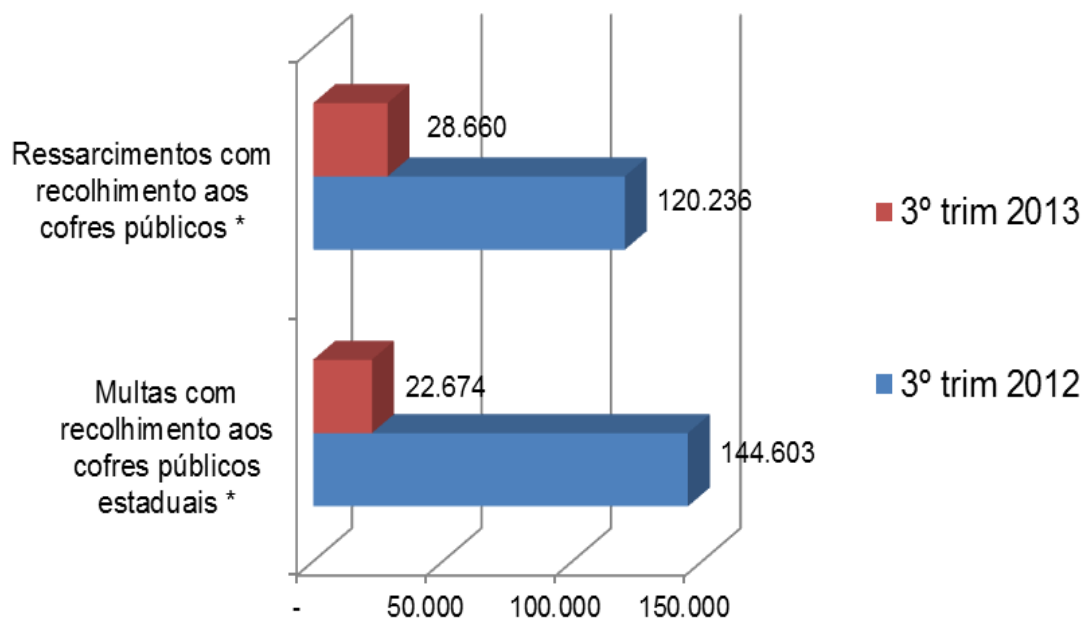
5 MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	3º trim 2012	3º trim 2013
Processos distribuídos	2.139	2.549
Pareceres emitidos	1.210	2.594
Termos de atualização de valores a cobrar	20	9
Termos de verificação de valores pagos	62	12
Novas cobranças cadastradas no sistema	18	15

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	3º trim 2012	3º trim 2013
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	144.603,39	22.674,21
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	120.236,46	28.659,63
Total	264.839,85	51.333,84

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Domingos Augusto Taufner (biênio 2012/2013).

Em atendimento ao art. 22 do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Resolução TC Nº 261, de 04 de junho de 2013), a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal processo administrativo disciplinar	04/02/2011	Encaminhado a Comissão de PAD
3050/2011	Denúncia	25/05/2011	Encaminhado a Comissão PAD.
2052/2010	Auditoria Solicitação	1503/2010	Encaminhado ao CDOC
831/2012	Encaminhamento	07/02/2012	Em andamento na Corregedoria.
122/2012	Representação	09/01/2012	Em andamento na Corregedoria.
4612/2012	Encaminhamento	20/07/2012	Decisão pelo arquivamento.
5485/2012	Requerimento	16/08/2012	Em andamento na Corregedoria.
5486/2012	Fornecimento Informação	16/08/2012	Encaminhado a Comissão de PAD.
193/2012	Representação	13/01/2012	Em andamento na Corregedoria.
3951/2013	Processo administrativo disciplinar	15/04/2013	Decisão pelo arquivamento.
5158/2013	Pessoal sindicância	26/06/2013	Encaminhado a Comissão de PAD
6628/2012	Encaminhamento	19/10/2012	Encaminhado ao GAP

A Ouvidoria do Tribunal de Contas, prevista no artigo 7º da Lei Complementar Estadual nº 621 (Lei Orgânica do TCEES), de 09 de março de 2012, tem como Ouvidor o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (biênio 2012/2013).

No 3º trimestre de 2013, a Ouvidoria do TCEES recebeu 112 demandas (provenientes de entidades jurisdicionadas e demais cidadãos como um todo), no desempenho suas atividades. Contando para isso, com a participação dos setores demandados, para instrução com dados técnicos. Após obter as informações suficientes, uma resposta é enviada ao demandante, sobre o que foi pleiteado.

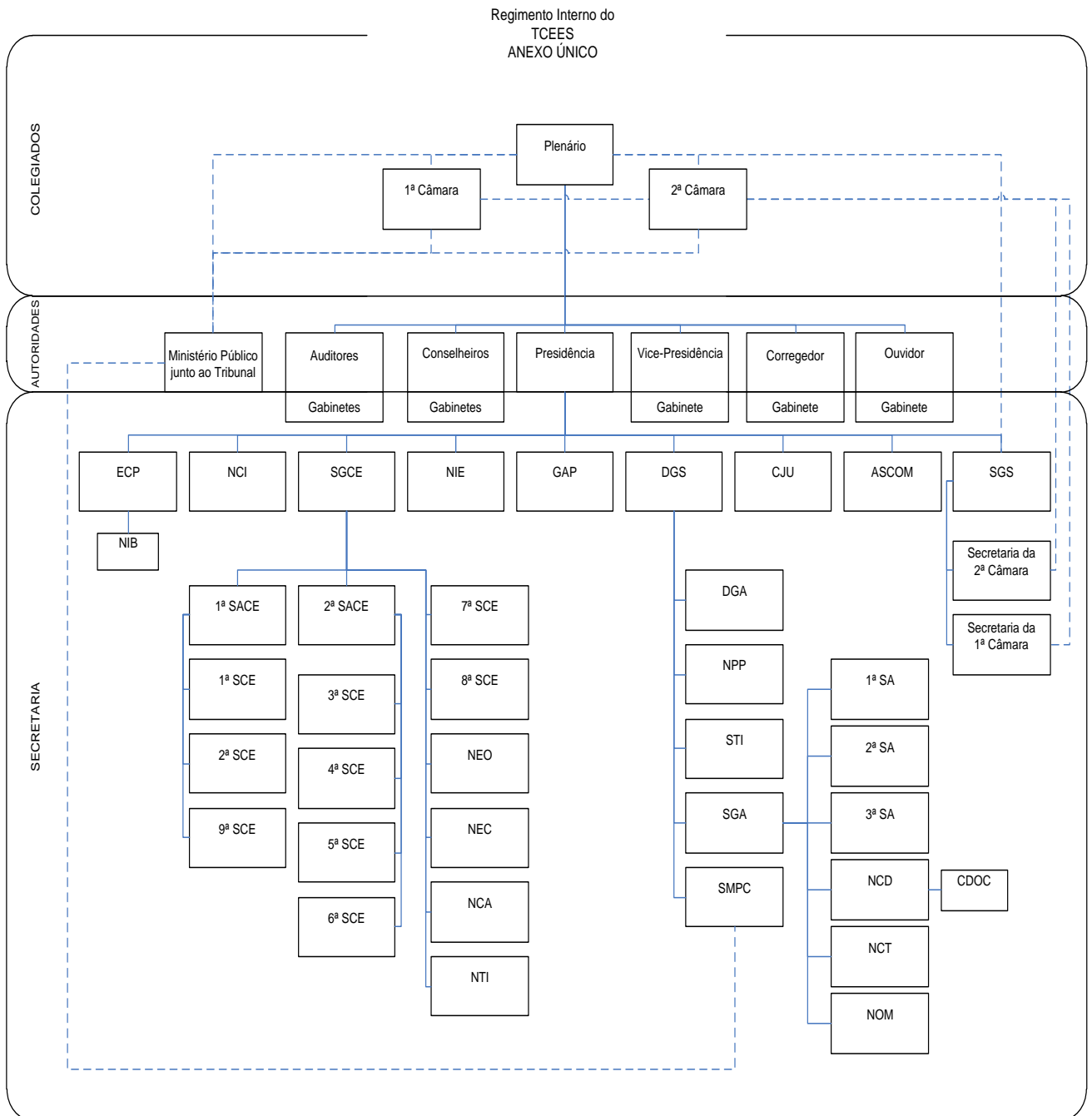
No mês de agosto de 2013, participamos do XII Encontro do Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas. O encontro aconteceu no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no dia 12/08/2013 com a participação de diversos servidores e autoridades.

A oportunidade de trocar experiências foi ímpar, tendo em vista que, conforme o que nos foi relatado, percebemos o quanto podemos avançar no sentido de construir uma Ouvidoria com um enfoque no que melhor se pratica em termos de “efetiva funcionalidade”.

No mês de setembro de 2013, no período de 04 a 11, em nossa Unidade, dando continuidade aos trabalhos de implantação do Sistema de Gestão de Ouvidorias – TAG, software específico para o registro e acompanhamento de demandas, fizemos o treinamento para o uso do referido Sistema com o instrutor Carlos Adailvo Silva Júnior, da Ouvidoria Geral do Estado da Bahia (desenvolvedora do software). Participaram também deste treinamento os servidores Rafael Zanotelli Fernandes e Welberth Ramos Teixeira - componentes da Comissão "Implantar a Ouvidoria do TCEES" – da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Desta forma, a instalação do TAG no ambiente da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi disponibilizada (com previsão de início de funcionamento junto com o Portal da Ouvidoria).

Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Geral Adjunta	DGA
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
1ª Secretaria Administrativa	1ª SAD
2ª Secretaria Administrativa	2ª SAD
3ª Secretaria Administrativa	3ª SAD
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SGCE
1ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	1ª SACE
2ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	2ª SACE
1ª Secretaria de Controle Externo	1ª SCE
2ª Secretaria de Controle Externo	2ª SCE
3ª Secretaria de Controle Externo	3ª SCE
4ª Secretaria de Controle Externo	4ª SCE
5ª Secretaria de Controle Externo	5ª SCE
6ª Secretaria de Controle Externo	6ª SCE
7ª Secretaria de Controle Externo	7ª SCE
8ª Secretaria de Controle Externo	8ª SCE
9ª Secretaria de Controle Externo	9ª SCE
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI